

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 518.762 - SP (2019/0188186-9)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : MARILSA DA SILVA ROSA ALVES
ADVOGADO : MARILSA DA SILVA ROSA ALVES - SP149739
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RAFAEL FREITAS DE SOUZA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

RAFAEL FREITAS DE SOUZA alega sofrer coação ilegal, em decorrência de acórdão prolatado pelo **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** na Apelação Criminal n. 0001499-19.2017.8.26.0165.

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado à pena de 8 anos de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática dos delitos previstos nos arts. 33, *caput*, e 35, *caput*, ambos da Lei n. 11.343/2006.

Busca a defesa a **fixação de regime inicial menos gravoso**.

O pedido de liminar foi indeferido e, dispensadas as informações, o Ministério Público Federal opinou pelo não cabimento do habeas corpus.

Decido.

Quanto à pretendida imposição de regime menos gravoso de cumprimento de pena, constato que o Tribunal de origem manteve o modo inicialmente **fechado**, sob os seguintes fundamentos (fls. 44-45, grifei):

Para os corréus Vitória e Rafael o regime prisional inicial fechado foi corretamente fixado, em face da natureza dos crimes, que revela a periculosidade concreta dos agentes, que com suas condutas geram instabilidade em inúmeros lares, exigindo, em consequência, resposta penal mais enérgica com a qual não é compatível solução mais branda.

[...]

Em ambos os casos, ademais, **o fato de os acusados terem sido presos com significativo volume de entorpecentes variados constitui óbice intransponível à imposição de regime de cumprimento de pena menos**

Superior Tribunal de Justiça

rigoroso.

Uma vez reconhecida, incidentalmente, a inconstitucionalidade do óbice contido no § 1º do art. 2º da Lei n. 8.072/1990 (STF, HC n. 111.840/ES, DJe 17/12/2013), a escolha do regime inicial de cumprimento de pena deve levar em consideração a quantidade da reprimenda imposta, a eventual existência de circunstâncias judiciais desfavoráveis, bem como as demais peculiaridades do caso concreto (como, por exemplo, a quantidade, a natureza e/ou a diversidade de drogas apreendidas), para que, então, seja fixado o regime carcerário que se mostre o mais adequado para a prevenção e a repressão do delito perpetrado, nos termos do art. 33 e parágrafos do Código Penal – com observância também ao disposto no art. 42 da Lei n. 11.343/2006.

No caso, conforme visto, a Corte de origem fundamentou a manutenção do regime inicial mais gravoso com base, justamente, nas **peculiaridades do caso concreto**, notadamente na quantidade e na variedade da droga apreendida, circunstâncias que justificam a imposição de regime prisional mais gravoso do que o cabível em razão da reprimenda aplicada.

Portanto, em homenagem ao **princípio do livre convencimento motivado** e uma vez que foram apontados argumentos concretos e específicos dos autos para a escolha do regime prisional fechado, não há como esta Corte simplesmente se imiscuir no juízo feito pelo Tribunal de origem para fixar regime inicial mais brando de cumprimento de pena ao acusado. Destaco que foram apreendidos **96 porções de maconha, pesando 97,47 g; 2 pinos de cocaína, com peso de 1,6 g e um tablete de maconha, com peso de 205,23 g.**

À vista do exposto, **denego a ordem.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**